

Rangel quer índio integrado logo

Da Sucursal de
BRASILIA

O ministro Rangel Reis do Interior declarou-se favorável ontem em Brasília à aceleração do processo de emancipação das comunidades indígenas no País. Para isto admitiu a possibilidade de se ter que rever o Estatuto do Índio que segundo ele, além de impor uma série de condições para que se realize a emancipação — como alfabetização e um grau razoável de profissionalização — exige a promoção de um plebiscito na tribo. "Quem deve determinar a época correta para a emancipação não é o índio — disse o ministro —, mas o órgão responsável pelo apoio a essas comunidades".

Embora ressaltando que "ela já melhorou muito", Rangel declarou que a Funai "ainda adota uma política excessivamente paternalista que precisa ser modificada". Segundo o ministro "o paternalismo é sempre prejudicial, quando buscamos o desenvolvimento sócio-econômico de uma comunidade. Citou como exemplo os projetos do Departamento Nacional de Obras contra as Secas, no Nordeste. Ali afirmou o excesso de paternalismo está transformando os projetos "não em áreas de desenvolvimento, mas em propriedades do governo".

O ministro do Interior também declarou saber da existência de divergências quanto à aplicação da política indigenista no âmbito

de seu ministério. "A situação que enfrentamos nesse caso — afirmou — é a mesma que ocorre em outros setores do governo onde, constantemente se discute a atuação do político que teria uma visão mais ampla dos problemas, envolvendo seus aspectos humanos, sociológicos etc., e a do tecnocrata, o homem dos números. Todos esses conceitos fabricados, na verdade, não têm o menor sentido. Em todo o trabalho essas pessoas são importantes, mesmo no caso da Funai, onde devem atuar, em conjunto, os antropólogos, mas também os planejadores".

As duas correntes apontadas pelo ministro, que divergem quanto ao problema do índio, são representadas, de um lado, por aqueles que defendem a manutenção do índio em seu estado primitivo, respeitando-se as etapas naturais de seu processo de aculturação e, de outro pelos que pretendem trabalhar o índio a fim de acelerar seu processo de integração à sociedade.

INTEGRAÇÃO

"Posso afirmar — acentuou Rangel Reis — que, se até o final do governo não conseguirmos emancipar pelo menos algumas comunidades indígenas, terá falhado o objetivo básico da política indigenista preconizada pelo governo Geisel, e que visa, exatamente, à integração do índio na sociedade nacional". O ministro apontou a necessidade de programar a integração do índio de modo que "não se repitam experiências como

a do Parque Nacional do Xingu, onde as tribos não foram preparadas para o inevitável contato com a civilização, vivendo como se estivessemos ainda em 1500".

Rangel Reis considera que várias comunidades do Sul do País já estão em condições de serem emancipadas, bem como algumas de Mato Grosso, como as dos Kadiweus e dos Terenas. Segundo ele, com a emancipação não cessaria o apoio do Ministério do Interior, que seria dado em forma de assistência técnica aos índios, os quais se organizariam em cooperativas ou outro sistema qualquer apoiado em projetos econômicos.

ARIPUANÁ

Depois do despacho que manteve com o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, o ministro afirmou que está havendo um mal-entendido sobre os limites estabelecidos para a reserva dos índios suruí, que vivem na região do parque Aripuaná, em Rondônia.

"Prevalecem e prevalecerão até segunda ordem — afirmou — os limites fixados durante a reunião realizada no final de agosto em Brasília, que limitou a distância dos aldeamentos até a linha demarcatória em 7 quilômetros e meio. Este traçado foi aprovado pelo presidente Geisel e será mantido". O ministro disse que desconhece qualquer posição contrária a este traçado que a Delegacia regional do In-cra e o governador Humberto Guedes, de Rondônia, teriam tentado impor.